

15

CAPÍTULO

A CULTURA ESCOLAR MATERIALIZADA NAS ROTINAS, PRÁTICAS E ESPAÇO ESCOLAR

Caixeta Issa, Sílvia Aparecida ¹; Almeida Barros, Aparecida Maria ²

¹ Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí; PPGEDUC-UFG;

² Universidade Federal de Goiás/ PPGEDUC-UFG

* email: silvia.caixeta@ifgoiano.edu.br

RESUMO

Estudo desenvolvido a partir das seguintes questões: qual cultura escolar? Onde se expressa? Como se materializou no espaço escolar? As possíveis respostas buscaram desvelar vestígios de uma cultura escolar agrícola singular, inscrita nas rotinas e práticas e na organização interna instituídas na Escola Agrícola de Urutaí (1953-1963). Para esta pesquisa com foco na História da Educação foram utilizados como fontes empíricas documentos internos, compostos por Relatórios Anuais e um Caderno de Recortes do Diário Oficial, sendo a análise fundamentada na vertente da cultura escolar, concebida por Julia (2001) e Escolano (1998; 2000). Nesse recorte detivemos nosso olhar

investigativo para três aspectos centrais que singularizam as rotinas e práticas estabelecidas: os alunos, os professores, funcionários e a organização interna da instituição como expressão de uma cultura escolar crivada de interfaces com o meio rural, caracterizando a função educativa e social da escola e o papel desempenhado pela instituição enquanto difusora de uma cultura da modernização de técnicas e qualificação da mão de obra rural por meio da instrução de cursos e treinamentos de natureza teórico-prática. Nos resultados apontamos as disposições legais e prescrições que conferiram uma organização escolar permeada por contradições e desafios que envolviam o provimento e manutenção interna, a frequente utilização da mão de obra de alunos como mecanismo de aprendizado e subsídio às atividades internas, a definição de rotinas e horários distintos, a composição de um quadro profissional dentro das condições e possibilidades apresentadas à época, a expectativa de tornar-se uma referência de formação na região.

Palavras-chave: Cultura Escolar; Escola Agrícola de Urutaí; Instituições Escolares.

1. A CULTURA ESCOLAR MATERIALIZADA NAS ROTINAS, PRÁTICAS E ESPAÇO ESCOLAR

Ao acionar as possibilidades de definição de categorias prévias como ponto de partida do olhar investigativo sobre a cultura escolar, inicialmente recorreremos a teóricos que têm como objeto, algumas aproximações com

o ambiente interno de uma instituição escolar, tomada na complexidade e singularidade. Gatti Júnior e Peçanha (2005, p. 80) consideram como categorias básicas de análise em uma pesquisa sobre a história das instituições educacionais:

Espaço (local / lugar, edifício, topografia).

Tempo (calendário, horário, agenda antropológica).

Currículo (conjunto das matérias lecionadas, métodos, tempos etc. ou racionalidade da prática).

Modelo pedagógico (construção de uma racionalidade complexa que articula a lógica estruturante interna com as categorias externas que a constituem – tempo, lugar e ação).

Professores (recrutamento, profissionalização; formação, organização, mobilização, história de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações).

Manuais escolares.

Públicos (cultura, forma de estimulação e resistência).

Dimensões (níveis de apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização, destinos de vida).

Essas categorias podem ser exploradas em diferentes fontes empíricas, podendo ser estudadas na variedade de manifestação ou agrupadas em um recorte menor. Na presente pesquisa tomamos como referência três relatórios anuais da Escola Agrícola de Urutaí. De modo particular teve por finalidade identificar as interfaces da cultura escolar agrícola presente na instituição, que tinha como público alunos vinculados ao meio rural, oriundos de diferentes municípios e estados da federação. Na Tabela 1 dispomos uma síntese sobre as matrículas efetivadas nos anos de 1957, 1958 e 1960.

Tabela 1 - Matrículas no Curso de Iniciação Agrícola

ANO	1957		1958		1960	
	1ª série	2ª série	1ª série	2ª série	1ª série	2ª série
Alunos Matriculados	45	Não houve matrícula	43	27	25	19
Alunos Aprovados	27	Não houve matrícula	18	19	21	13
Alunos Reprovados	05	Não houve matrícula	02	0	0	0
Alunos Desistentes da Prova Final	13	Não houve matrícula	23	08	04	06

Fonte: Relatórios Anuais (1957; 1958; 1960) - Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Urutai

Verifica-se que em 1957, 60% dos alunos foram aprovados, 11,11% reprovados e 28,88% desistiram da prova final. No ano de 1958, na primeira série 41,86% dos alunos conseguiram ser aprovados, 4,65% reprovados e 53,48% não realizaram a prova final; na segunda série foram 70,37% de aprovação e 29,62% de desistência do exame final, indicando que nenhum aluno fora reprovado. Em 1960, na primeira série 84% dos alunos foram aprovados e 16% desistiram da prova final; na segunda série foram 68,42% de aprovação e 31,57% de desistência na realização da prova final e, mais uma vez, nenhum aluno das duas séries foi reprovado.

Ao analisar esses índices, é possível perceber que o número de desistência é muito superior ao número de reprovações, principalmente na primeira série em 1957 e 1958. Talvez porque o ensino nesse período fosse exigente e os alunos, para serem aprovados, precisavam empenhar-se, pois “recomendava-se a adoção de critérios objetivos na verificação da aprendizagem” (CHAGAS, 1980, p. 53). Aos alunos que iriam prestar os exames finais era exigido bom desempenho ao longo do ano letivo e frequência igual ou superior a 75% das aulas ministradas.

Prescrevia-se a frequência de pelo menos 75% para a prestação de exames finais, que levavam à conclusão de série, os quais vinham precedidos de provas parciais realizadas semestralmente. Considerava-se aprovado o aluno que obtivesse 5 ou 50 por disciplina, conforme a escala decimal ou centesimal também já prevista, e 4 ou 40 no conjunto dos estudos de cada série. (CHAGAS, 1980, p. 55).

O aluno poderia ter nota 4 ou 40, desde que a média global/nota final fosse maior que 50. O artigo 38 da Lei Orgânica do Ensino Agrícola instruía que, para a realização do exame oral final, era preciso designar a composição de uma banca examinadora para esse fim.

Art. 38. A prova final será, conforme a natureza da disciplina, oral ou prática.

§ 1º A prova final prestar-se-á perante banca examinadora.

§ 2º Haverá duas épocas de prova final. A primeira terá início a partir de 1 de dezembro e a segunda em período especial, no decurso dos últimos trinta dias de férias.

§ 3º Não poderá, prestar prova final, na primeira ou na Segunda época, o aluno que tiver, como resultado dos exercícios e as duas provas parciais, no conjunto das disciplinas média aritmética inferior a três. Também não poderá prestar prova final na primeira época, o aluno que tiver faltado a vinte por cento da totalidade das aulas dadas nas disciplinas ou a trinta por cento das aulas dadas em cada prática educativa, e, na segunda época, o aluno que tiver incidido no dôbro das mesmas faltas.

Diante de tais exigências, seria recorrente a desistência de alunos da prova final. Seria também provável que o número elevado de desistência fosse atribuído às dificuldades de acompanhamento do curso de Iniciação Agrícola e a frequência, diante da exigência legal de 80% de presença na totalidade das aulas dadas e de pelo menos 70% nas disciplinas de prática educativa. Nesse nível, supostamente o aluno matriculado deveria dedicar-se integralmente ao curso, preferencialmente em regime interno ou semi-interno, ou seja, uma condição diferenciada se comparada ao formato do ensino primário rural à época.

Ao matricularem-se na EAU, os alunos oriundos do meio rural, se inseriam e experimentavam os conhecimentos, as metodologias e as práticas que articulavam os fins e objetivos educacionais da instituição comprometida com as relações produtivas e formativas referentes à agricultura e à pecuária. Nesse sentido, tanto a expectativa de aprimorar os processos produtivos e manejos agropecuários, quanto a possibilidade de qualificar a mão de obra de serviços fortaleceriam os laços institucionais e a cultura escolar vivenciada na EAU.

1.1 OS PROFESSORES

Constituída por um currículo onde se associava um conhecimento teórico geral (propedêutico) e técnico com ênfase nas práticas e manejos específicos, a EAU seria protagonista de uma nova cultura formativa no cenário rural, demandando diferentes especialidades. O foco no ensino e nos conteúdos específicos identificam os atores (professores e funcionários administrativos) com o setor agrícola e com uma cultura escolar caracterizada por essas interfaces. O recrutamento de profissionais provenientes de diferentes ramos do conhecimento se mostra igualmente singular, visto que, diante da escassez de professores especializados nas áreas demandadas, a Escola recorreu à contratação de profissionais liberais com diferentes níveis de formação e ocupações. Na maioria dos casos, pessoas com duplo vínculo, compartilhando funções internas e externas à instituição, porém, têm em comum uma forte interlocução na sociedade local.

Esse dado pode revelar um movimento interessante de acolhida e adesão à implantação de uma escola federal na região, instaurando uma elevada expectativa e conferindo distinção social, a partir da composição do quadro interno. Sobretudo, revela uma dinâmica relacional entre estes profissionais com os núcleos urbanos próximos e as atividades produtivas do meio rural. Ou seja, cultivam interesse comum para as atividades liberais urbanas e, ao mesmo tempo, conservam afinidades com o setor produtivo agropecuário a ponto de se envolverem profissionalmente no processo formativo da EAU. Devido o limitado número de pessoas com instrução, o envolvimento de bacharéis na organização de uma escola por si só já seria motivo de distinção e status aos olhos da sociedade local e regional. O quadro de professores da cultura geral da EAU revela a distinção no perfil destes profissionais.

Quadro 1 - Professores da Escola Agrícola de Urutai

PROFESSOR	FORMAÇÃO	DISCIPLINA	ANO
Deusedit Caunigel Cardoso D'Ávila	Bacharel Direito	Geografia e História do Brasil	1957
Francisco Chagas da Rocha	Bacharel Direito	Geografia e História do Brasil	1958
José da Costa Junior	Bacharel em Ciências Contábeis	Matemática	1957-1960
Manoel Luis Alves	Bacharel Direito	Língua Portuguesa	1957-1958
		Língua Portuguesa e História Geral e do Brasil	1960
Raymundo José Bazilio	Bacharel em Química e Farmácia	Ciências Naturais, Francês e Matemática	1957
Wagner Ulysses Costa de Sousa	Engenheiro Agrônomo	Ciências Naturais, Agricultura e Desenho Técnico	1960

Fonte: Relatórios Anuais – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Urutai (1957, 1958, 1960)

No corpo docente predominava a chamada cultura bacharelesca composta por profissionais bacharéis, diante da inexistência de professores licenciados ou habilitados para a docência. Especialidades como: juízes, farmacêuticos, contabilistas, dentre outros foram requisitados para integrarem o quadro de professores da recém criada Escola Agrícola. Conforme a afinidade de formação, estes profissionais assumiam as cadeiras de aulas determinadas no currículo escolar.

Observa-se que os professores das disciplinas de cultura geral eram bacharéis em Direito, Farmácia, Ciências Contábeis e os das disciplinas técnicas, bacharéis em Agronomia, enquanto que os profissionais responsáveis pela área agrícola eram na sua maioria funcionários do Ministério da Agricultura. Em ambos os casos, atuar em uma Escola Agrícola seria algo distintivo perante a sociedade e, ao mesmo tempo, elevaria a projeção da EAU.

O artigo 63 da Lei Orgânica do Ensino Agrícola disciplinava sobre a constituição do corpo docente das instituições de ensino agrícola. Na EAU os professores eram horistas, isto é, contratados somente para prestar serviços, sem constituir vínculo efetivo. Em 1957 e 1958, a escola contratou professores da cultura geral, enquanto que as disciplinas da área técnica eram ministradas pelo diretor Francisco Heliodoro Pereira da Rocha: “Dr. Rocha, Engenheiro Agrônomo e era quem nos dava as aulas práticas de Botânica e Agronomia” (BORGES, 2005, p. 66).

De acordo com o Relatório do ano de 1957, na folha 21, mereciam registro especial pela cultura e dedicação pelos serviços prestados à EAU, somente “o seu corpo docente, esse mesmo remunerado pela verba global – ‘Serviços Educativos e Culturais’, sub-consignação 1.6.13”.

A Portaria nº 620, de 15 de junho de 1959, do Ministro de Estados dos Negócios da Agricultura (D.O.U, 18 de junho de 1959), refere-se ao valor da hora aula dos professores com salário abaixo do proposto na referida Portaria. Os professores que ministravam aulas nos Cursos Agrícolas Técnicos recebiam Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) por hora/aula, enquanto os docentes dos Cursos de Iniciação Agrícola, Mestre Agrícola e Magistério de Economia Rural Doméstica recebiam Cr\$ 130,00 (cento e trinta cruzeiros) por hora/aula. Esses valores convertidos correspondem a aproximadamente U\$ 2,30 e U\$ 1,99 dólares nesta ordem.

No Livro de Recortes do Diário Oficial da União encontramos também uma referência aos honorários dos professores, instruídos pela Portaria nº 377 da SEAV, do dia 20 de abril de 1960 (D.O.U. em 10 de maio de 1960).

- 1) Enquanto os estabelecimentos subordinados à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário não dispuserem em seu quadro de magistério, de pessoal suficiente para atender às exigências impostas pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola, as diversas disciplinas poderão ser lecionadas por professores credenciados, solicitados a lecionar mediante pagamento por hora ou trabalho escolar.
- 2) A solicitação a que se refere o número anterior será feita pelo diretor da Escola e submetida à homologação da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
- 3) Os professores credenciados perceberão honorários por hora de aula ou de trabalho escolar, a razão de Cr\$ 180,00 (cento e oitenta cruzeiros) nos Cursos Agrícolas Técnicos e à de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) nos cursos de Iniciação Agrícola, de Mestria Agrícola e de Magistério de Economia Doméstica, não podendo entretanto, a despesa ultrapassar o limite de crédito respectivo.
- 4) Os professores de que trata a presente portaria não serão vinculados ao serviço público para qualquer efeito, conforme as instruções vigentes.
- 5) Esta Portaria vigorará a partir de 1º de janeiro de 1960, ficando revogada a de n.º. 620, de 19 de junho de 1959. (LIVRO DE RECORTES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1955, fl. 35).

O aumento salarial no ano de 1959 para 1960 para os professores dos Cursos Agrícolas Técnicos seria de 20% na hora/aula e para os dos Cursos de Iniciação Agrícola, Mestre Agrícola e Magistério de Economia Rural Doméstica seria de 15,38%. Destaca-se que, a diferença nos percentuais do aumento salarial não foi justificada na mesma Portaria. Tais normativas indicam a previsão de uma carreira docente estabelecida para as instituições federais, com definição salarial, embora não determine a exigência de formação para o desempenho da função.

As duas Portarias fazem ressalva que, as despesas para pagamento dos professores não poderiam ultrapassar o limite de crédito estipulado em Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros), em 1959, e em Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), em 1960. Valores que convertidos ao dólar seriam aproximadamente a \$ 275.470,83 e \$ 306.078,70, respectivamente.

“Aprovo. Em 3-6-59”. (Rest. Proc. M.A, em 9-6-59). Ministério da Agricultura, relativo ao plano de aplicação da importância de Cr\$ 18.000.000,00, parte da dotação de Cr\$ 20.000.000,00, destinada ao custeio de honorários de professores para as Escolas Agrícolas e Agro-Técnicas, que foi conferida à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário no vigente orçamento, sob a rubrica 1 a 3. (LIVRO DE RECORTES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1955, fl. 35).

Embora os professores fossem contratados e recebessem por hora/aula, os relatórios não registram o valor de cada aula trabalhada. O valor total empenhado para pagamento dos honorários dos docentes incluía outras despesas (serviços culturais, educativos, honorários). Também não há registro do número de aulas semanais e mensais sob a responsabilidade de cada professor, o que dificulta a conclusão a respeito do valor do soldo mensal pago individualmente.

Os professores teriam desenvolvido uma cultura pedagógica diferenciada, no sentido de atender ao objetivo de formar trabalhadores para atuarem na lavoura e na pecuária. Uma cultura que rompeu com os modelos até então utilizados nas escolas primárias rurais.

Esta cultura escolar agrícola motivaria o rompimento com o ensino tradicional e propunha uma formação considerada moderna, na qual havia a previsão de unidades teóricas, com aulas de cunho teórico e unidades técnica e experimental nas quais se executava a aplicação e experimentação prática do conhecimento por professores e alunos.

Além das disciplinas técnicas direcionadas para agropecuária, as disciplinas de cultura geral eram organizadas, pensadas de forma que os conteúdos auxiliassem na formação da área técnica. Um exemplo do conteúdo teórico da matemática mostra essa disposição: a introdução de medidas tinha por finalidade instrumentalizar o aluno para o trabalho no meio rural, priorizando medidas, tais como alqueires, hectares, quilo, arroba, metro, metro quadrado, dentre outros. O conhecimento e a aplicação prática eram experimentados nos espaços internos da escola em diferentes situações e oportunidades, visto que os alunos exerciam várias tarefas em que tal conhecimento era exigido e aplicado.

Quadro 2 - Pessoal efetivo e salário mensal

NOME	NÍVEL	SALÁRIO MENSAL
João Costa	9	Cr\$ 17.000,00
Teodomiro Pereira da Silva	1	Cr\$ 9.600,00
Adélio Ribeiro do Prado	1	Cr\$ 9.600,00
Alfredo de Paula	1	Cr\$ 9.600,00
João José Dourado	1	Cr\$ 9.600,00
Mozart Porto	1	Cr\$ 9.600,00
Rafael Marques	1	Cr\$ 9.600,00
Domingos Antônio da Silva	1	Cr\$ 9.600,00
José Gonçalves do Nascimento	1	Cr\$ 9.600,00
Maurílio José de Oliveira	1	Cr\$ 9.600,00
Sílvia Borges	1	Cr\$ 9.600,00
TOTAL		CR\$ 113.000,00

Fonte: Relatório de 1960—Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano — Câmpus Urutaí

Os funcionários extranumerários, mensalistas da EAU, atuavam na manutenção da infraestrutura. Mesmo não possuindo formação para o ensino, colaboravam com essa função, porque acompanhavam os alunos na realização e orientação de atividades práticas e experimentais de diferentes setores. É possível perceber que a execução de contratos temporários sem exigência de formação específica seria recorrente diante da dificuldade de recrutamento de profissionais específicos. Com as primeiras turmas concluindo os cursos e integralizando os estudos na EAU, vários tiveram a oportunidade de serem contratados para permanecerem desempenhando funções profissionais na instituição. Durante várias décadas, por diferentes processos, egressos da Escola integraram o quadro profissional, chegando a serem efetivados em diferentes cargos internos.

A instituição desenvolveu sua forma própria de administração e funcionava “sem fugir” das normas estabelecidas pela SEAV e a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. No caso da EAU, é marcadamente determinada pela política do ensino agrícola protagonizada pelo governo federal. Assim, as mudanças e alterações operadas, tanto na estrutura quanto na organização dos cursos ofertados, se justificam pelas adequações legais. Nesse sentido, mais que uma ideologia geradora das ações formativas, o que estava em foco seria o interesse de equalizar o discurso da modernização agrícola, largamente difundida pelo viés da preparação da mão de obra.

1.2 OS ALUNOS

O quadro de alunos do curso de Iniciação Agrícola da EAU era formado somente por alunos do sexo masculino, com média de idade entre 12 e 17 anos, apesar de que a Lei Orgânica do Ensino Agrícola em seu artigo 51 permitir a entrada nos cursos agrícolas tanto homens, quanto mulheres. Mas, o artigo 52 expressava algumas condições para a entrada de alunas nesses cursos, determinando como regra que não deveriam trabalhar em atividades não adaptadas às mulheres. Em outras palavras, a lei não impede o ingresso de meninas, mas impõe as condições específicas que, de certo modo, restringe a sua formação.

Por trabalhar com animais de grande e pequeno porte e na lavoura, essas atividades seriam exclusivamente masculinas. A sociedade da época considerava que a mulher deveria estar preparada para atender bem a família e não para atuar fora de casa, muito menos em trabalhos pesados na lavoura e na pecuária. Como assevera Inácio Filho (2002, p. 56), “o senso comum social afirma tal dualidade caracterizando a mulher como um ser frágil, sensitivo, intuitivo, feito para as doçuras do lar e da maternidade e que, por isso, foi destinado à vida doméstica, aos cuidados do marido e da família”. Seria mais conveniente preparar os homens para o trabalho na agropecuária.

O ambiente escolar reproduz os valores da vida social, ao mesmo tempo, em que o acesso ao saber formal, intelectualizado, fica sendo exclusivo dos potentados da terra, sendo vedado às mulheres, que na sociedade patriarcal, machista, tinham o papel de exercer apenas ofícios ligados às prendas domésticas, ou seja, de colaborar na reprodução social da família. O saber escolar tem seu acesso condicionado ao ser do sexo masculino, sendo fechado à mulher, traço que configura a restrição da participação feminina, naquele momento histórico, no trabalho fabril e no exercício do voto. (SILVA, 2013, p. 450).

Contudo, há indícios de que tais discursos seriam frequentemente questionados, diante da existência na região de mulheres que, na ausência do pai ou do marido, em diferentes circunstâncias, assumiam o comando da propriedade, conferindo autoridade e decisão na condução dos negócios, além da educação dos filhos, com participação ativa em atividades produtivas. Estas ocorrências ainda não foram devidamente investigadas e podem indicar a quebra de algumas práticas tidas como hegemônicas, podendo inclusive, constituir-se em outras particularidades inseridas na cultura rural regional, que merecem ser conhecidas e interpretadas.

O acesso ao ensino secundário para ambos os sexos somente era possível em centros urbanos maiores, o que limitava sobremaneira tal possibilidade para as famílias com situação financeira distinta, além das restrições alusivas ao distanciamento da casa paterna. Por ser a EAU uma das poucas instituições a ofertarem o ensino secundário na região, isso significava que as mulheres que concluíam os estudos primários ficavam impedidas de prosseguir seus estudos em uma instituição, cujo ensino se dirigia ao preparo da mão de obra para o trabalho rural. Portanto, confirmase a predominância de matrículas do sexo masculino.

A escola recebia alunos provenientes de diferentes classes sociais, uma vez que as famílias agricultores e pecuaristas, nos anos 1950 e 1960, viam na EAU uma forma de oportunizar formação para seus filhos. Estudar na instituição possibilitava o conhecimento de novas técnicas para aplicar na pecuária e na lavoura, bem como possibilitar o desenvolvimento do setor primário da economia.

Os alunos desta escola, filhos de criadores, vão acompanhar todo esse trabalho, com caderno e lápis na mão, tomando notas e colhendo observações, para, na volta as suas propriedades rurais, esclarecer aos seus familiares a vantagens econômicas da agrostologia bem dirigida. Por essa ocasião, os seus familiares, certamente criadores de bovinos, serão informados, por exemplo, que uma das finalidades da agrostologia, é realizar através do melhoramento crescente dos bovinos, para corte e das raças leiteiras, com boas pastagens e formação dos prados para corte, a manutenção de maior número de cabeças em superfície mais reduzidas. (RELATÓRIO, 1957, fl. 9-10).

A formação dos alunos era planejada considerando as diferentes classes sociais dos discentes, com a consequente possibilidade de atuação e interação com o meio. Por exemplo, a Agrostologia geralmente era direcionada para os alunos filhos de criadores de gado. Estes deveriam aprender como formar os pastos para criar o maior número de gado em espaços menores, desenvolvendo cada vez mais a pecuária em Goiás. Já as aulas de Avicultura eram voltadas aos filhos de pequenos agricultores, a fim de oportunizar lhes o aprendizado necessário para desenvolver a avicultura e montar um empreendimento, cujo rendimento aumentasse a receita na pequena propriedade.

Além disso, a exploração da avicultura não exige emprego de capital vultoso como sucede com a criação de animais de grande porte, que torna a sua atividade em uma “distração rendosa” ao alcance de todos. Por tudo isso, é porque os alunos deste educandário filhos de pequenos agricultores, na sua maioria manifestam pandor pela criação de aves, julgo acertado e que esta Escola vem realizando a respeito de exploração da avicultura. (RELATÓRIO, 1957, fl. 7).

Na EAU também era possível encontrar alunos descendentes de outras nacionalidades: portugueses, italianos e poloneses, proveniente da migração de famílias da região Sul do Brasil para o Centro-Oeste. Essas famílias, geralmente de descendência europeia, vislumbravam na instituição a oportunidade de educar seus filhos para atuar na lavoura e na pecuária. Fato expresso no relato de Borges (2005, p. 62):

Ainda me lembro de muitos colegas que pertenceram a minha turma, tais como: Sudário, seu irmão Joaquim, Vital Odílio e seu irmão Euclides Pereira, Abádio de Paula, os portugueses Valterizio e seu irmão Wenceslau, o italiano Alcides Diolo, o polonês Zigmoni Dwornic, Antônio Cardoso, Getúlio Vaz, João Martins e seu irmão Orestes.

Oriundos de outras culturas, estes agricultores tinham na escola a oportunidade de aprendizados que seriam revertidos no domínio de novas metodologias e na aplicação técnica de práticas que poderiam agregar valor à produção e ao manejo, além de constituir-se em oportunidade de convivência com filhos de outros produtores da região.

A EAU foi a primeira instituição de ensino agrícola em Goiás, mantida pelo governo federal, oferecendo a seus alunos assistência em semi-internato e internato, uniformes, consultório médico e farmácia. A escola possuía um alfaiate, que confeccionava os uniformes sob medida para os alunos, os quais ainda recebiam botinas para usar nos diversos afazeres. Os uniformes eram de dois tipos: o primeiro, de uso diário era composto por calça e camisa em mescla azul claro e, o segundo, de “gala” era usado na representação da instituição em eventos, confeccionado em brim na cor marrom claro, tendo bordados do lado direito da gola da camisa as iniciais M.A., que significava Ministério da Agricultura e do lado esquerdo E.A.U. (Escola Agrícola de Urutaí).

Em 1956, o consultório médico foi instalado com material recebido da Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário, mas não dispunha de um médico contratado. Os registros indicaram que, em 1958, o médico Walter Hugo Frota, residente em Ipameri, prestou serviço à EAU, assim como, em 1960, Dr. Estevão José de Sousa, médico oficial, também daquela cidade, atendeu aos alunos da instituição. A farmácia ficava localizada em frente ao consultório médico e atendia tanto a medicina quanto a veterinária. Por isso, a cada ano tinha seu estoque de medicamento aumentado através do crédito da escola, vindo diretamente da SEAV. Já o gabinete dentário era muito almejado pela EAU, tanto que nos três relatórios foram registradas as solicitações do diretor para sua instalação. Em ofício a Superintendência comunicou à unidade escolar, que a Escola Agrotécnica Ildefonso Simões Lopes havia cedido um gabinete dentário completo em 1955, mas este até 1960 não chegou na escola.

Em ofício n.º 855, de 11 de maio de 1955, o Sr. Chefe da SEAV dessa superintendência, comunicou a este educandário que a Escola Agrotécnica “Ildefonso Simões Lopes”, havia cedido ao mesmo um “Gabinete Dentário” completo. Como até agora essa dádiva, valiosa, sem dúvida, não chegou a esta Escola, nada mais foi possível fazer nesse sentido, pela falta justamente, de aquisição de tão útil meio de assistência escolar. (RELATÓRIO, 1960, fl. 21).

A instituição tinha a preocupação em oferecer boas condições de saúde aos educandos e funcionários, mesmo porque, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola no Artigo 61, item 5, previa que, todos os estabelecimentos de ensino agrícola deveriam assegurar serviços referentes à saúde e higiene escolar. A assistência médica contribuía para fazer com que a EAU fosse considerada uma das mais modernas da região, gozasse de prestígio social local e regional. A oferta de atendimentos à saúde era extensivo para a sociedade de um modo geral, em virtude da limitada presença de médicos e serviços hospitalares na região, reduzidos à cidades com maior estrutura urbana, as consideradas “cabeças de comarca” dos municípios. Possivelmente, estes seriam responsáveis não apenas pela projeção da escola na região como um atrativo para novos alunos.

2. A ESTRUTURA FÍSICA E AS CONDIÇÕES DE BASE DA ESCOLA AGRÍCOLA DE URUTAI

A apropriação e uso da estrutura física pré-existente da época da Fazenda foi uma variável que contribuiu para o desenvolvimento do programa pedagógico voltado para a cultura agrícola. A proximidade à natureza e os núcleos instituídos para o ensino prático favoreciam o desenvolvimento do gosto pelas atividades agrícolas.

Em resumo, a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende. (ESCOLANO, 1998, p. 45).

Toda a estrutura preexistente foi aproveitada para o funcionamento da EAU, a qual possuía animais, terreno para pastagens e lavouras, conjunto de bens imóveis, como: curral, cocheiras, baias para animais, chiqueiro, granjas para criação de galinhas, lavouras (milho, arroz, feijão e forragens), pomares (goiaba, pêsego e marmelo) e produção de hortaliças. Isto é, dispunha de todas as condições para oferecer aos alunos aulas práticas direcionadas para os cursos de formação agrícola.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola, estabelecia que os estabelecimentos deveriam oferecer aos alunos oportunidade de contato com campos experimentais.

Art. 63. A constituição do corpo docente far-se-á com observância dos seguintes preceitos:

1. Deverão os professores das disciplinas de cultura geral e de cultura técnica e os das práticas educativas e bem assim os orientadores receber conveniente formação em cursos apropriados.
2. O provimento em caráter efetivo dos professores e dos orientadores dos estabelecimentos de ensino agrícola federais ou equiparados dependerá da prestação de concurso.
3. Dos candidatos ao exercício das funções de professor ou de orientador nos estabelecimentos de ensino agrícola reconhecidos

exigir-se-á prévia inscrição no competente registro do Ministério da Agricultura.

4. É de conveniência pedagógica que os professores das disciplinas de cultura técnica que exijam esforços continuados e os orientadores trabalhem em regime de tempo integral

5. Será facultada a admissão de professores e técnicos mediante a indenização por hora de aula.7. Serão organizados, em todos os estabelecimentos de ensino agrícola campos experimentais e de demonstração.

8. Dar-se-á cada estabelecimento de ensino agrícola organização própria a mantê-lo em permanente contato com as atividades exteriores de natureza, agrícola, especialmente com as que mais diretamente se relacionem com o ensino nêle ministrado. Será prevista, pelo respectivo regimento, a instituição, junto ao diretor, de um conselho consultivo composto de pessoas de atuação nas atividades agrícolas do meio, e que coopera na manutenção dêsse contato com as atividades exteriores.

A estrutura interna era composta pelas salas de aulas de cultura geral e de cultura técnica, complementada pelos núcleos de ensino. Os núcleos agrícolas funcionavam como laboratórios de ensino das disciplinas de Formação Técnica. Assim, a escola soube explorar bem toda infraestrutura, de modo a oportunizar aos alunos aprendizagens práticas e, ao mesmo tempo, colaboravam nas atividades diárias da EAU, prestando serviços, como: tratando dos animais, trabalhando na limpeza (enxada e foice), na horta (aguando e produzindo verduras e legumes). Isto porque havia poucos funcionários e os serviços de fazenda exigidos eram inúmeros.

Começávamos às sete horas com o café da manhã e depois íamos para as tarefas de trabalho, divididos em turma. Havia a turma da limpeza que rastelava e varria o pátio; a turma do aviário que tratava das galinhas, colhia os ovos para nosso consumo e ainda cuidava da chocadeira que chocava cem pintinhos de cada vez...; a turma da cocheira que cuidava dos cavalos e das vacas leiteiras; a turma da pocilga que cuidava dos porcos; a turma da foice que roçava os pastos, a turma da enxada que capinava os locais necessários; a turma da hortaliça que aguava e cuidava da produção de verduras e legumes; dois almoxarifes; e dois que prestavam serviços na secretaria, o Laércio e eu. Na cozinha

também trabalhavam os alunos Olavo e Nadir. Cada turma tinha um funcionário da escola responsável pelo trabalho de sua equipe. (BORGES, 2005, p. 64).

Nos três relatórios consultados, observa-se que o diretor sempre expunha à SEAV a dificuldade pela falta de funcionários suficientes para manter a escola funcionando. Se em 1957, o diretor registrou a falta de pessoal, essa situação ainda permanecia a mesma em 1960.

O pessoal desta Escola é o mesmo de abril de 1955, quando teve início a sua atividade. É composto, apenas, de 11 extranumerários mensalistas e o seu diretor, único funcionário técnico. Não obstante isso, os seus trabalhos estão sendo feitos com toda normalidade. Urge, contudo, uma providência do poder público, dotando-a de um quadro de pessoal administrativo, técnico e docente, o quanto antes possível. (RELATÓRIO, 1960, fl. 24).

Além das atividades práticas e do conhecimento geral ofertado nos cursos, os alunos colaboravam na manutenção dos serviços essenciais, sendo diferenciada a escala para os internos e externos. Esta condição e realidade de origem pode ter induzido a instituição a relativizar questões estruturais, principalmente no que se refere à necessidade de ampliação do quadro de profissionais efetivos. Se desde o início houve uma forte presença de contratos temporários, indicadores de possível precarização, com a organização dos núcleos de práticas e a utilização da mão de obra de alunos, especialmente os internos, para a manutenção e subsistência da Escola, é de considerar que, ao longo do período investigado, diante da demora no repasse ou da escassez de recursos, as rotinas e funcionalidade tenham sido mantidas com o trabalho de alunos e professores, tornando ocultas diversas dificuldades.

A estrutura física não possuía requinte e nem formato tradicional de uma escola, ou seja, uma escola-fazenda, tendo em vista a estrutura organizacional, as práticas, experimentos e laboratórios. Mas, esta estrutura possibilitou a construção de uma cultura escolar singular voltada para agropecuária e os núcleos permitiram essa aceção a uma cultura escolar dinâmica que educa integralmente, familiariza o educando com atividades semelhantes às que teriam de enfrentar na vida real em relação aos problemas da agropecuária, tornando-se conscientes de suas responsabilidades e possibilidades. Independente de o aluno ser oriundo de uma pequena propriedade ou tornar-se mão de obra nas fazendas da região, a formação ofertada pela escola mostrava a interface com

o meio, com as suas vivências no espaço de atuação. Então, ao protagonizar, de um lado o preparo de sujeitos vinculados ao campo e de outro, incentivar o melhoramento e adaptação de espécies animais, a escola atenderia a distintos segmentos do meio rural, no incremento do modelo produtivo e comercial.

3. ALGUMAS CONCLUSÕES

A EAU ao cumprir o papel de preparação de quadros para a mão de obra agrícola não teria se comprometido com outras questões de natureza crítica e reflexiva sobre a própria realidade que a cercava. Porém, a complexidade das relações e das articulações deste ofício singular que, ao mesmo tempo, forma e estimula um setor produtivo de elevada expressão regional, a circulação de sujeitos e profissionais requer um olhar mais atento sobre diferentes variáveis reveladas por este estudo, conferindo singularidade ao que consideramos ser a cultura escolar agrícola.

Através dos documentos e informações contidas nas diferentes fontes, foi possível evidenciar o papel que a instituição teve ao ofertar o ensino agrícola a partir de dois cursos técnicos: Arador Tratorista e Iniciação Agrícola. As características de formação “rápida”, tendo como público alvo, jovens do sexo masculino pertencentes às famílias de agricultores ou pequenos agricultores, mostra o comprometimento com ações formativas direcionadas para a mão de obra do meio rural. A escola oportunizava o aprendizado de novas técnicas que seriam empregadas nas propriedades agrícolas.

O arranjo institucional da EAU, no período de 1953 a 1963, contribuiu para a configuração de um ideário de modernização regional, fomentando a escolarização técnica agrícola como via de progresso no Estado de Goiás. Embora tenha sido marcada por entraves e dificuldades estruturais e financeiras, com rupturas e permanências, a instituição protagonizou um ambicioso projeto de formação subsidiado por recurso federal até, então, inédito em Goiás. Enquanto instituição modelo de ensino agrícola se pautava em regras claras e rígidas definidas para disciplinar os corpos e os comportamentos. Os professores ao atuarem na EAU, desenvolveram uma cultura escolar agrícola marcada por metodologias e técnicas, nas quais as aulas resultavam em aprendizagens teóricas e práticas.

Title: The School Culture embodied in routines, practices and school space

Abstract

Study developed from the following questions: what school culture? Where is expressed? How materialized at school? Possible answers sought to reveal traces of a natural agricultural school culture, enrolled in the routines and practices and internal organization established in the Agricultural School of Urutaí (1953-1963). For this research focused on the History of Education were used as internal documents empirical sources, composed of Annual Reports and Scraps Book of the Official Gazette, with an analysis based on the aspect of the school culture, designed by Julia (2001) and Escolano (1998 , 2000). This breakdown abode our investigative look at three key aspects that single out the routines and established practices: students, faculty, staff and the internal organization of the institution as an expression of a school culture riddled with interfaces to rural areas, featuring educational function and social school and the role played by the institution as diffusing a culture of modernization techniques and hand qualifying rural work through education and training courses of theoretical and practical nature. The results point out the laws and regulations that gave a school organization permeated by contradictions and challenges involving the provisioning and internal maintenance, the frequent use of student labor as learning mechanism and subsidy to internal activities, the definition of routines and different times, the composition of a professional staff within the conditions and possibilities presented at the time, the expectation of becoming a training reference in the region.

Keywords: School culture; Agricultural School Urutaí; School institutions.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Adilson Santos. **Urutaí**: memórias de uma juventude. Brasília, 2005.
- _____. **Goiás nos quadros da economia nacional – 1930-1960**. Goiânia: CEGRAF, 2000.
- CADERNO DE RECORTES DO DIÁRIO OFICIAL. Arquivo Institucional do Instituto Federal Goiano. Urutaí-GO.
- CHAGAS, Valmir. **O ensino de 1º e 2º graus**: antes, agora e depois? São Paulo: Saraiva, 1980.
- ESCOLANO, Agustín Benito. Las culturas escolares del siglo XX: encuentros y desencuentros. **Revista de Educación**, Madrid: MECD, Número Especial 2000. p. 201-218.
- GATTI JUNIOR, Décio & PESSANHA, Eurize Caldas. História da educação, Instituições e Cultura Escolar conceitos categorias e materiais históricos. In: **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia- MG: EDUFU, 2005. p.71-90.
- INÁCIO FILHO, Geraldo. Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro (1880-1960). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR., Décio. (Org.). **Novos temas em História da Educação Brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas—SP: Autores Associados; Uberlândia-MG: EDUFU, 2002. p. 39-64.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 09-44, jan./jun. 2001.
- RELATÓRIOS ANUAIS da Escola Agrícola de Urutaí. Arquivo Institucional do Instituto Federal Goiano. Urutaí-GO.
- SILVA, Josier Ferreira da. Configuração espacial dos saberes rurais e urbanos por meio das políticas de desenvolvimento regional. In: CAVALCANTI, Maria Juraci Maia et al. **História da educação comparada, missões, expedições, instituições e intercâmbios**. Fortaleza: Edições UFC, 2013. p. 447-467.